



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Controle social e Sujeitos Políticos.

## FIM DO LULISMO E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

Vanderlei Martini<sup>1</sup>  
Cristiane Francelina Dias<sup>2</sup>  
Lúcio Willian Mota Siqueira<sup>3</sup>

**Resumo:** No Brasil contemporâneo, tem sido recorrente o debate entorno do lulismo e de suas implicações para o conjunto da classe trabalhadora. O objetivo deste trabalho é apresentar um balanço crítico daquela ideologia. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica ancorado em autores marxistas. Por fim, pontuamos alguns momentos que expressam o fim do lulismo e os rebatimentos nas políticas sociais.

**Palavras-chave:** Lulismo. Desenvolvimentismo. Lutas de classes.

**Abstract:** In contemporary Brazil, the debate around Lulism and its implications for the working class as a whole has recurred. The objective of this work is to present a critical assessment of this ideology. For this, we carried out a bibliographical research anchored in Marxist authors. Finally, we point out some moments that express the end of Lulism and the refutations in social politic.

**Keywords:** Lulism. Developmentalism. Class fights.

### Introdução

O suposto “novo desenvolvimentismo” e o pacto de classes foi a tônica deste limiar de século no Brasil. Foram expressões de uma ideologia econômica e política, hegemônica e levada a cabo pelo lulismo, que se propunha atender todas as classes da sociedade, sem distinção. Este fenômeno, fundamentou-se, por um lado, basicamente no crescimento econômico, ainda que sob este aspecto estritamente, o dito crescimento brasileiro apresentou *desempenho medíocre* como demonstraram cabalmente Filgueiras e Gonçalves (2007), não obstante o boom das *commodities* internacionais. Por outro lado, o lulismo legitimou-se no desenvolvimento de algumas políticas sociais voltadas ao atendimento dos mais pobres entre os mais pobres, como por exemplo, com o programa Bolsa Família, que chega à aproximadamente 50 milhões de brasileiros/as.

Neste sentido, pode-se dizer que ideologia do lulismo foi vitoriosa, por dez anos, até que a crise estrutural do capital se fez sentir no Brasil e que as massas fossem às ruas em junho de 2013, de modo que, as mobilizações daquele ano expressaram e comprovaram que não estava tudo tão bem assim no Brasil – como defendiam os próceres daquele

---

<sup>1</sup>Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: luciowmota@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade de Brasília, E-mail: luciowmota@gmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade de Brasília, E-mail: luciowmota@gmail.com.

governo. Pois, finalmente a crise havia chegado ao país, porém, desta vez não como uma “*marolinha*”, mas, como um “tsunami”! Além disso, esta nova conjuntura demonstrou que a classe trabalhadora já sentia os efeitos das iniciativas burguesas para manter a taxa média de lucro dos capitalistas e o quão efêmero e superficial eram as políticas voltadas para os mais pobres sob o lulismo.

Já é amplamente aceito que o governo Lula foi entre tantos outros aspectos, um governo contraditório, assim, poderíamos nos perguntar: faz sentido falarmos de lulismo nos dias atuais? Ou melhor, há elementos concretos que podem indicar o fim da hegemonia do lulismo? Na busca de pista para responder estas questões, julgamos importante um balanço crítico daquele processo, a fim de evitarmos a “operação borracha” e a amnésia coletiva de parte significativa da esquerda brasileira organizada sob o lulismo.

A partir destas considerações, tem-se como objetivo neste trabalho recuperar o conceito de lulismo desenvolvido por Singer (2012) e apresentar algumas críticas desenvolvidas por alguns intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Também, discutiremos alguns elementos que no nosso entender expressam o fim do lulismo como ideologia hegemônica do Brasil contemporâneo. Além disso, é necessário trazer à baila algumas implicações para a classe trabalhadora da crise da hegemonia do lulismo.

### **Breve balanço do lulismo**

O velho Hegel dizia que a coruja, símbolo grego da sabedoria, é uma ave que só levantava voo ao anoitecer, portanto, quando os acontecimentos do dia já haviam ocorrido. Neste sentido, passada a hegemonia acachapante do lulismo, do petismo, da ilusão com o desenvolvimentismo e com o pacto de classe, é hora de voltar à nossa história recente a fim de não repetir os mesmos erros a médio e longo prazo.

Contudo, antes de entrar *in medias res*, primeiramente, caberia lembrarmos, afinal, o que é o *lulismo*? Grosso modo, pode-se dizer que o lulismo é (ou foi?) um fenômeno político decorrente do modo de governar, de fazer política e de liderar adotado por Luís Inácio Lula da Silva quando era Presidente da República Federativa do Brasil e contava com boa popularidade e, portanto, legitimidade política e social. Mas não é somente isso.

O fundador do lulismo como um conceito (como chave que possibilita caracterizar e compreender a política hegemônica das duas primeiras décadas do século XXI), foi o porta-voz e ex-secretário de imprensa do governo Lula (2003-2007), André Singer. Decerto, o termo ficou amplamente conhecido principalmente após a publicação do seu livro *Os sentidos do lulismo* (2012). Para o professor da USP, “o realinhamento eleitoral nas eleições presidenciais de 2006 foi o evento que fez nascer o fenômeno político do *lulismo*” (SINGER, 2012, p. 15). E tal realinhamento seria sólido e não de circunstância. Isso porque, de um lado, a política social do primeiro mandato de Lula teria atraído maciçamente o eleitorado de

baixa renda que ainda resistia à candidatura do petista e, de outro lado, a denominada “crise do mensalão” teria afugentado parte da classe média que votava no PT. Assim, na análise de Singer, o lulismo seria uma espécie de bonapartismo, pois, “retirou o subproletariado da influência da burguesia, elevou-o à condição de principal força no poder governamental e realizou aquele que seria o programa político dessa fração da classe trabalhadora – um reformismo fraco, isto é, de ritmo lento, e sem ruptura com a ordem” (SINGER, 2012, p. 44). Portanto, segundo Singer, os governos Lula e Dilma, sustentados pelo subproletariado, buscam equilibrar as classes fundamentais – proletariado e capitalistas –, pois o seu sucesso depende de que nenhuma delas tenha força para impor os seus próprios desígnios: o reformismo forte, que ambiciona o aumento rápido da igualdade ou o neoliberalismo, que tende a aumentar a desigualdade, impondo perdas aos trabalhadores.

Em *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* Singer (2016) retoma suas formulações de 2012, e reconhece que o lulismo teve dificuldade de enfrentar a crise econômica, de lidar com a *Lava Jato* e com o PMDB, que era um partido de “centro e foi para direita” segundo o autor. Ele admite que a crise do sistema capitalista, a postura política do PMDB, a classe dominante brasileira e a queda da presidenta Dilma o surpreenderam! Pois, segundo o ex-porta-voz de Lula, a crise foi uma surpresa e as elites brasileiras não entenderam a importância do lulismo. E mais, para Singer, estas classes erram ao abandonar o Lula, principalmente depois do governo ter atendido suas reivindicações e ter cumprido um papel civilizatório na sociedade!

Neste contexto, três fatores explicam o porquê dos industriais migrarem para a oposição ao lulismo e ao seu modelo desenvolvimentista. A saber: “a perda de controle sobre a política econômica com o pleno emprego, o incremento do número de greves e ascensão dos rendimentos do mundo do trabalho” (SINGER, 2016, p. 46). Ou seja, segundo o autor, além dos trabalhadores com suas lutas e conquistas, a crise econômica mundial atrapalhou a continuidade do lulismo! Pois, enquanto as condições econômicas internacionais eram favoráveis, o lulismo foi bem sucedido.

Em opinião divergente à de Singer, Armando Boito jr. (2013) defende que na análise daquele, tudo se passa como se o subproletariado estivesse no poder. Pois, seria equivocado afirmar, por diversas razões, que os governos Lula e Dilma “funcionam como árbitros no conflito entre as classes fundamentais de modo a poderem neutralizá-las e, ao fazê-lo, logram colocar em prática ‘o programa do subproletariado’” (2013, p. 173). Certamente, sob o lulismo, a desigualdade de tratamento entre as classes sociais fundamentais do capitalismo fora brutal. Além do mais, “o subproletariado não está no poder, isto é, não é o destinatário privilegiado das medidas de política econômica e social, dos governos petistas como quer Singer” (BOITO Jr., 2013, p. 76).

Para Valério Arcary, “o lulismo, com seu caudilhismo eleitoralista, devorou o PT, e absorveu os partidos e movimentos satélites do PT, em maior ou menor medida” (2014, p. 112). E, neste processo de evolução histórica do lulismo, “para se credenciar como partido eleitoral resignado aos estreitos limites do regime democrático-liberal no Brasil, o PT precisou deixar de ser petista” (ARCARY, 2014, p. 71).

Em Claudio Katz (2016) encontramos uma prolongada analogia entre o lulismo no Brasil e o kichernismo na Argentina. Constatamos o autor que embora sejam duas variantes das mesmas administrações situada no espectro da centro-esquerda, se desenvolveram em contextos muito diferentes. Portanto, de acordo com Katz (2016, p. 203), “enquanto o governo do Brasil acentuou, durante a sua gestão, a *desmobilização social*, o legado da rebelião de 2001 obrigou os seus vizinhos do *Cone Sul* a governar com um olhar voltado à reação dos oprimidos”. Desse modo, para Katz (2016), o lulismo com seu “novo desenvolvimentismo” apostou pela enésima vez no comportamento produtivo da burguesia brasileira, esquecendo as manobras que esta classe tem realizado para a fuga de capitais, a inflação e o desinvestimento (ou estagnação da economia). Em tom perplexo, questiona-se como é incrível que os governos da América Latina, em geral, com pouquíssimas e honrosas exceções, depositam nesse setor expectativas que sempre terminam em acachapantes decepções. A última grande desonra de quem acredita nas classes economicamente dominantes, foi o impedimento de Dilma concluir seu governo, que apesar de ter atendido praticamente todas as reivindicações daquele setor, por ele fora deposta.

Para Giovane Alves (2014), o neodesenvolvimentismo nos governos Lula e Dilma tinha como estratégia política, o lulismo, e que este implementou um “*reformismo fraco*”, evitando, desta maneira, o enfrentamento direto não apenas com o grande capital financeiro internacional que hegemoniza o *bloco de poder* do capital no Brasil, mas também evitando o enfrentamento com a grande burguesia interna que compunha a *frente política* do neodesenvolvimentismo. Para o autor, o mote do lulismo era “Lula, Paz e Amor” e o lema do governo era “Um Brasil para Todos”. Na verdade, a grande argúcia política do lulismo foi construir uma estratégia política que deslocasse politicamente frações do bloco de poder do capital – a burguesia interna – para seu projeto de governo com apoio de frações da classe trabalhadora organizada e o subproletariado pobre.

Assim, conclui o autor que, o lulismo manteve os pilares da macroeconomia neoliberal visando, deste modo, “acalmar os mercados financeiros e sinalizar, de modo claro, que o novo governo neodesenvolvimentista não tinha veleidades anticapitalistas, mas pelo contrário, mantinha-se alinhado com o bloco histórico neoliberal hegemônico no mercado mundial” (ALVES, 2014, p. 131).

Para o sociólogo marxista Francisco de Oliveira (2010), o lulismo aparece como uma *forma de dominação* e é diferente de todas que a história brasileira já demonstrou e a denomina de *hegemonia às avessas*. Portanto, para o crítico, trata-se de um fenômeno novo, que exige novas reflexões, pois, esta *hegemonia às avessas* se expressa por meio de vitórias políticas, intelectuais e morais “dos de baixo”, mas que fortalecem, contraditoriamente, as relações sociais de exploração favoravelmente aos “de cima”. É o curioso fenômeno em que parte “dos de baixo” dirige o Estado por intermédio do programa “dos de cima”.

O lulismo é caracterizado por Oliveira, não como populismo, “como sugere a crítica da direita, e mesmo alguns setores da esquerda, porque o populismo foi uma forma autoritária de dominação na transição da economia agrária para a urbano-industrial. [...] Nada disso está presente na nova forma de dominação” (OLIVEIRA, 2010, p. 26). Portanto, o autor argumenta que há um lugar central para o consentimento passivo no lulismo. Não se trata de os trabalhadores consentirem que os representantes do capital governem o país, mas o avesso é o capital que consente que os supostos representantes do trabalho governem o país em seu nome. Por isso, o consentimento se transforma em seu avesso. Diz ele, “não são os dominados em que consentem em sua própria exploração; são os dominantes [...] que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma de exploração capitalista” (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Carlos Nelson Coutinho (2010) que tem um artigo no livro organizado pelo sociólogo, busca demonstrar o entendimento do lulismo como sendo a predominância da *hegemonia da pequena política* em razão, principalmente, do abandono das sonhadas reformas. Além disso, destaca que, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo muito significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para esta política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles que desarmou as resistências ao modelo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação de hegemonia neoliberal entre nós (COUTINHO, 2010).

Percebe-se que o leque de intelectuais orgânicos críticos ao fenômeno lulismo é bastante grande. Até mesmo Singer (2016) fora sincero em pelo menos um aspecto: para o autor, *o lulismo é despolitizador*, isso porque ele é *uma política de conciliação de classes* e não de conflito. Desse modo, quando não se constrói o conflito ele não acontecesse! Mas além de Singer, já é mais ou menos aceito entre as mais variadas forças sociais organizadas que compõem o espectro da esquerda brasileira, que os últimos governos no

Brasil, especialmente os que decorreram sob o lulismo, foram extremamente desmobilizadores para a sociedade brasileira. A prova dessa despolitização foi o momento derradeiro da crise do lulismo quando da consumação da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 com amplo apoio das bases que outrora foram lulistas!

### **Momentos que expressam o fim do lulismo**

À seguir, elencamos o que consideramos ter sido os cinco momentos cruciais do fim do lulismo como ideologia capaz de aglutinar as classes fundamentais no Brasil e assim promover o *pacto social*. É importante destacar que os acontecimentos listados em ordem cronológica, têm uma história e uma explicação sociológica que não são objetos de dissertação neste momento. Contudo, como fenômenos centrais que possibilitam compreender melhor as contradições e o fim do lulismo, por ora, cabe apontar que tais momentos estão intimamente ligados e um foi desencadeando o outro como numa espécie de *efeito dominó*.

O primeiro foi *Junho de 2013*. Certamente, junho foi uma explosão que se nutriu do lulismo e do “novo desenvolvimentismo”, portanto, de políticas anteriores aos eventos em si. Desta maneira, não se explicam unicamente pelo fato em si isolado.

Como já foi realizado exaustivamente o balanço daqueles eventos e este não é nosso objetivo aqui, iremos direto ao ponto. Já é amplamente aceito entre os teóricos marxistas, que desde então, a luta de classes retornou do exílio que parecia ter se metido durante a hegemonia do lulismo. As lutas de classes voltaram ao vivo e a cores, e trouxeram consigo a possibilidade de retomada das mobilizações de massas em torno de um projeto autônomo da classe trabalhadora.

As jornadas de junho de 2013 de acordo com Mattos (2016) se fizeram acompanhar de uma elevação do patamar de lutas sociais. O ano de 2013 foi o ponto mais alto da curva de greves das últimas décadas, com 2.050 greves registradas no país, mais que o dobro das contabilizadas no ano anterior. Neste sentido, o próprio Singer reconhece que “a coexistência equilibrada dos contrários começou a explodir com as manifestações de junho de 2013, que trouxeram subitamente à consciência como o Brasil, apesar de ter melhorado, continuava péssimo” (SINGER, 2016, p. 19).

Lembre-se que até junho de 2013, qualquer crítica social que se proferisse sobre governo e seu modelo (sobre o lulismo e o “novo desenvolvimentismo”), eram imediatamente rechaçados de princípio por qualquer apologista de plantão. Talvez também em função disso, junho trouxe para a arena política do Brasil a possibilidade de retomar a crítica social e as lutas sociais massivas, ou se preferirmos, expressa as contradições sociais de classes. Nas palavras de Carlos Vainer (2013), parafraseando Mao Tse-Tung,

“uma fagulha pode incendiar uma pradaria” e, no nosso caso, a fagulha foi a mobilização contra o aumento da tarifa nos transportes públicos convocada pelo Movimento Passe Livre.

Como os protestos foram majoritariamente compostos por jovens, convocados por meio de redes sociais, sem a presença de partidos, sindicatos e organizações de massa tradicionais, o rumorejo das ruas não fora uníssono. Tratou-se de um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e de brutalidade, aliás, tudo isso compunha e foi expressão da própria sociedade brasileira. Não obstante, Junho perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. Mas, sobretudo – e isso é o mais importante - de acordo com Raquel Rolink (2013, p. 8) “fez renascer entre nós a utopia”. Por outro lado, segundo Carlos Vainer (2013, p. 12), “o apartidarismo ganhou sua versão fascista, antipartidária, quando militantes de partidos quiseram aderir as manifestações e foram espancados pelos próprios manifestantes”.

Dessa maneira, parafraseando Marx (2012), diríamos que em junho o véu que cobria o lulismo foi rasgado, pois, a fraternidade de classe durou exatamente o mesmo tempo em que os interesses da burguesia estiveram imanados com os interesses da classe trabalhadora. Por conseguinte, em síntese, pode-se dizer que junho explicita, precipita a crise de hegemonia do PT, ou, se preferirmos, indica a crise do lulismo e do suposto “novo desenvolvimentismo” que se fez água em todos os aspectos em face das massivas mobilizações. Por conseguinte, o segundo indicativo da crise terminal do lulismo fora a *eleição presidencial de 2014*. Em meio a esta nova conjuntura, posta pela crise capitalista e pelas mobilizações de massas em junho de 2013, a segunda eleição de Dilma, em outubro 2014, foi um verdadeiro estelionato eleitoral. Registre-se que nestas eleições, se por um lado, o lulopetismo nunca prometeu tanto pelo Brasil, por outro, não se pode esquecer dos ataques dos marqueteiros e dos ideólogos do PT às esquerdas e mesmo às candidaturas de centro, que propunham uma alternativa a hegemonia petista e a peessedebista.

Definido o segundo turno entre o PT e o PSDB e em face da possível derrota para seu oponente Aécio Neves, a então Presidenta Dilma se sentiu ameaçada e por isso fez o mesmo que fizera na eleição para o seu primeiro mandato, em outubro de 2010 e, o que Lula havia feito no segundo turno das eleições em 2006, ou seja, fez uma nova reaproximação com as antigas bases sociais. Noutras palavras, correu em busca de socorro em direção aos aliados históricos que compõem o *bloco político-social* (formado pelo PT, CUT, MST e UNE); em decorrência desta tática, recebeu por várias vezes os movimentos sociais no palácio do planalto e prometeu atender minimamente as reivindicações daqueles que sempre nas horas difíceis lhe estenderam a mão. Para as organizações sindicais e

sociais que compõem o *bloco político-social* parecia (ou acreditava-se) que se reeleita, desta vez Lula/Dilma havia aprendido e que agora sim faria um governo mais identificado com os interesses da classe trabalhadora.

Assim, Dilma se reelegeu. Entretanto, “reeleita pela reduzida margem de 3,3% pontos percentuais, a presidente fez exatamente o contrário [do que havia prometido], dando um cavalo de pau que deixou a esquerda perplexa” (SINGER, 2016, p. 43). Em decorrência desta opção política, mas não só, já em abril de 2015, a reeleita contava apenas com 8% do apoio da população.

Decerto, para surpresa de alguns, Dilma não cumpriu os acordos combinados coletivamente e imediatamente chamou Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura e Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda. Para citar apenas estes dois ministérios, poupando assim, o leitor das más recordações! Esta tática de prometer e não cumprir nenhum décimo do prometido, bem como de recorrer às bases sociais históricas mais sólidas, como dissemos, já havia sido usada por Lula. Recorda-nos Oliveira (2010), que durante o segundo turno das eleições de 2006, “Lula queixou-se amargamente, de não ser o preferido dos ricos, cobrando-lhes o fato de que nunca os banqueiros ganharam tanto dinheiro como em seu governo, para logo depois dizer que os pobres haviam ganhado a eleição” (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

O terceiro momento indicativo do fim do lulismo foi o *impeachment de Dilma em 31 de agosto de 2016*. Neste ato se encerra a *conciliação de classes* – a política de alianças ou a composição de classes - tão defendida pelos lulistas. Por certo, como disse Érico Veríssimo no seu clássico *Incidente em Antares*, “quem semeia ventos colhe tempestade”. Assim, o dia 31 de agosto de 2016 atingiu os defensores do lulismo como um raio vindo do céu sem nuvens. A democracia tida como sólida pelos mais ferrenhos, como por exemplo, Oliva (2010), o “respeito ao voto”, as tais “conquistas sociais”, a “nova classe média”, os “novos pobres”, a ampla base de apoio no congresso, à alta popularidade do lulismo entre tantas outras quimeras desapareceu como se fosse uma fórmula mágica diante do impeachment pronunciado pelo Congresso e pelo judiciário brasileiro com amplo apoio da grande imprensa burguesa. Como disse Mefistófeles em Goethe, no gabinete de estudos de *Fausto*, parte I, “tudo o que existe merece perecer”.

Sob o lulismo, até certa medida as classes dominantes admitiram que os pobres ganhassem alguma coisa, por um lado, em função da conjuntura econômica favorável, pois, era aconselhável deixar que as classes subalternas pegassem as migalhas que caíam da mesa (a classe trabalhadora não suportava mais o peso do neoliberalismo atroz), por outro lado, as classes dirigentes defensoras do neoliberalismo estavam desmoralizadas, precisava-se buscar de um fôlego, o lulismo proporcionou isso.

Portanto, ao contrário do que defende Singer (2016), Dilma não caiu “pela sua política à esquerda implementada desde o início do seu governo, principalmente em 2011/12” ou por ter decidido “entrar em combate com frações de classes poderosas e resistentes” menos ainda por “não ter avisado os trabalhadores ou a sociedade das boas intenções da sua política, assim, não teve quem a defendesse”. Caiu porque o nome do jogo é política. Lembremos que em 2015/16, a Presidenta Dilma estava se comprometendo com todas as reformas neoliberais para manter-se no poder. Portanto, ela não foi apeada do governo porque estava com uma agenda de esquerda, de reformas estruturais (como a agrária e tantas outras) e menos ainda com uma perspectiva socialista. Observa-se, contudo, que em certo ponto a Dilma e o lulismo não interessavam mais as classes dominantes. Não eram capazes de fazer as reformas no ritmo e na profundidade que interessa ao capital naquele momento. Por isso, todas as forças políticas e ideológicas do capital que outrora apoiavam o lulismo, pularam fora do barco. Por certo, quem rompeu o pacto de classes, foram às classes historicamente dominantes no Brasil. E é preciso que diga, a contragosto dos próceres petistas. Lembramos que a FIESP, a FEBRABAN, etc., somente declararam apoio ao impeachment em novembro e dezembro de 2015, quando o processo já estava instalado politicamente.

Além disso, a sociedade brasileira é dividida em classes sociais e, em sociedades com estas características, por mais que se queira, é impossível à conciliação de classes por um período mais longo. As classes dominantes no Brasil sabem e sempre souberam quem é o seu inimigo principal. Os apologistas do lulismo - tidos como representantes dos trabalhadores - quando assumiram parte importante do Estado (a Presidência da República) infelizmente esqueceram-se desta lição básica. A saber: as classes dominantes mais cedo ou mais tarde reivindicam pra si a *parte do leão*.

Ou seja, com a expressão aludimos a uma fábula em que o leão, a raposa, o chacal e o lobo fazem um acordo para caçar juntos e dividir entre si o que conseguirem abater. Na primeira experiência que fizeram, mataram um veado grande e o leão mandou dividir a presa em quatro partes iguais, depois se colocou diante dos pedaços e informou aos seus três parceiros que ficaria com o primeiro pedaço por ser o rei dos animais, com o segundo por ser o responsável pela partilha, com o terceiro por ser a parte que lhe cabe de direito na sociedade e também com o quarto pedaço por não acreditar que alguém ali estivesse disposto a disputá-lo com ele. Daí se origina a expressão “parte do leão”, que também pode ser entendida como “a melhor e a maior parte do bolo”.

O quarto episódio revelador da crise do lulismo foi a *prisão do ex-Presidente* em 7 de abril de 2018. Foi um processo rápido e sem precedentes históricos do julgamento até a prisão de Lula. Sem entrarmos nos méritos desse processo, o fato inegável e mesmo

admitido por setores conservadores é que tratou-se de tirar Lula da disputa eleitoral de 2018. Em pesquisa realizada pelo Datafolha logo depois da prisão de Lula, este perdeu 6%, caindo de 37% para 31%; Jair Bolsonaro (PSL) se manteve com 15%. Sem a presença do ex-presidente, Bolsonaro assumiria o primeiro lugar com 17%. Segundo o levantamento do Datafolha, Jair Bolsonaro perderia as eleições para Lula se a disputa no segundo turno fosse com ex-presidente, ele teria apenas 31% das intenções de voto contra 48% do petista.

Entretanto, o momento revelador neste episódio, foi o fato de que a sociedade não se mobilizou para defender o ex-presidente que “tanto bem tinha feito aos mais pobres, como nunca antes na história deste país”. O povo não soube reconhecer? Por que tamanha apatia desde o impeachment de Dilma? Não seria porque o PT, principalmente a partir de 2015, ajudou a consolidar uma perversa agenda econômica de austeridade fiscal permanente e colocou no centro dela a reforma da previdência. O grande símbolo desse agenda rebaixada e ofensiva aos interesses sociais foi Joaquim Levy, hoje homem forte do governo Bolsonaro na destruição do BNDES. Nada mais sintomático: o banqueiro, Ministro da Fazenda do PT, é hoje homem forte do Bolsonaro. Esse processo não teve nenhuma autocrítica interna assim como não tivera a perda do poder político no voto nas eleições de 2018.

Por fim, o quinto momento derradeiro do ocaso do lulismo - *a eleição de Jair Bolsonaro* em outubro de 2018, com amplo apoio daquelas que outrora foram bases lulista. Já é amplamente aceito que muitos dos que se beneficiaram das limitadíssimas políticas compensatórias na área social e das condições de inserção via consumo, votaram contra o candidato de Lula e o PT naquelas eleições. Contudo, é evidente que há um componente de manipulação. Como defende Iasi (2018), isso tudo não teria a intensidade que teve não fora o massivo ataque dos meios de comunicação, a ação judicial que priorizou o ataque aos petistas envolvidos nos esquemas de corrupção e a insistente vinculação da pregação moral de um certo fundamentalismo religioso às posturas minimamente progressistas no campo dos costumes.

Por conseguinte e contraditoriamente, a crise da hegemonia petista (do lulismo) desde 2013 como vimos demonstrando e o seu colapso com a eleição de Bolsonaro, por um lado, marcam uma nova ofensiva neoliberal sobre o Brasil: por outro lado, abrem espaços para uma crítica social radical, para as lutas de classes voltarem à cena política do país e, além disso, no âmbito das bases populares das próprias esquerdas se abre também um campo de disputa.

## **Conclusões**

Em face das argumentações de Singer (2012, 2016), que abordamos no início deste trabalho, poderíamos nos perguntar: qual foi, afinal, o mérito do lulismo? A resposta, sob o

ponto de vista dos trabalhadores organizados, deveria ser nenhum. Pois, é inadmissível que depois de 13 anos de governo e de hegemonia petista sobre os trabalhadores, estes sejam responsabilizados pelo fracasso do lulismo. Do mesmo modo, o argumento da crise aludida pelo autor é uma falácia, se considerarmos que por um lado é fácil navegar em águas calmas, e por outro, (e Singer esquece-se disso) não existe capitalismo sem crise. Aliás, a crise é componente do capitalismo e é parte constitutiva deste modo de produção.

Sem provocar nenhuma mudança estrutural nas estruturas de classes da sociedade brasileira, ou mesmo sem realizar qualquer reforma historicamente reivindicada pelas suas bases sociais (pelo bloco político-social formado pelo PT, CUT, MST e UNE) mais próximas, o lulismo foi, contraditoriamente, uma forma de continuidade do que é essencial do neoliberalismo. Além de o lulismo ser uma espécie de social-liberalismo, de acordo com Leher (2010) *o PT foi a governabilidade para o capital*. Com a sua postura de *reformismo sem reformas*, (ARCARY, 2014) de convivência harmoniosa com a herança de seu antecessor, o lulismo fora a expressão da subjetividade e do projeto político gestado pelo “moderno” capital nativo e o internacional em face da crise incontornável de legitimidade do neoliberalismo.

Portanto, se por um lado o lulismo limitou-se a promover a estabilidade macroeconômica, a preparação de infraestrutura para as atividades do capital e a atividade empresarial com fortes recursos públicos, por outro, bem ao estilo de “*um país de todos*”, buscou desenvolver algumas políticas positivas pontuais e localizadas. Isto é, pode-se dizer que a política de conciliação de classes hegemônica por dez anos (2003-2013) em nosso país, por um lado, de alguma forma beneficiava parte significativa das classes subalternas que há séculos haviam ficado à margem do consumo no Brasil; por outro, no entanto, indiscutivelmente, além de favorecer a acumulação rentista e especulativa dos banqueiros, *como nunca antes na história deste país*, possibilitou de uma maneira ou de outra o ressurgimento das forças conservadoras e reacionárias em nossa sociedade e dividiu as esquerdas sociais. Não se pode responsabilizar unicamente o lulismo por este retorno abominável das forças antidemocráticas e nem mesmo pela divisão das esquerdas na atualidade. Do mesmo modo, não se pode isentá-lo como querem seus séquitos mais ferrenhos.

Por fim, essencialmente, os pequenos avanços aceitos pela claque e os aliados em torno do lulismo, estavam conformes ao espírito de Tancredi, personagem d’*O Leopardo*, notável romance do italiano Giuseppe Lampedusa (1896-1975): “é preciso mudar algo para que tudo permaneça como está”. Por isso, o lulismo somente segue vivo na estrutura própria do PT e do bloco político-social que ele dirige.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovane. **Trabalho e desenvolvimentismo**. Bauru- SP: Canal Editora, 2014.

ARCARY, Valerio. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira**. São Paulo: Sundermann, 2015.

BOITO JR, Armando. **O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer**. In. *Crítica Marxista*: n.37, p. 171-181, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. In. OLIVEIRA, Francisco de. BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia e política na era de servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

LEHER, Roberto (et.al.). **Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010**. Buenos Aires: CLACSO, Año XI, N° 28, noviembre. 2010.

KARL, Marx. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O ponto a que chegamos: sobre a luta de classes na conjuntura do golpe de 2016**. In. Bolg Boitempo. São Paulo, 2016.

OLIVA, Aloisio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. Campinas: SP: [s.n.], 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia e política na era de servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ROLINK, Raquel. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo. 1° Ed. Boitempo: Carta Maior, 2013.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SINGER, André e LOUREIRO, Isabel. (Org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

VAINER, Carlos. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo. 1° Ed. Boitempo: Carta Maior, 2013.